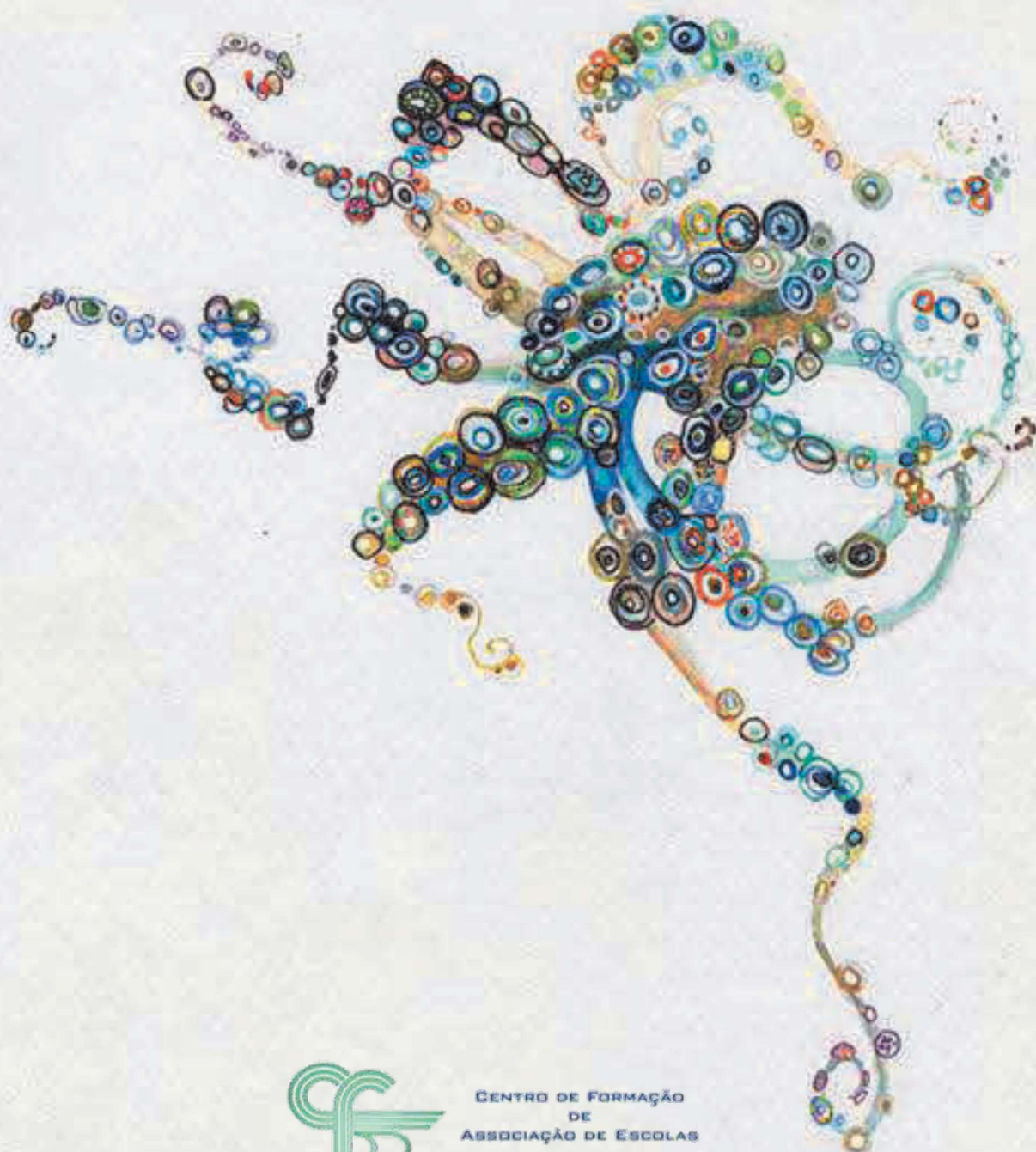


FLEXIBILIDADE E INTERAÇÕES EDUCATIVAS PARA RUMOS (DES)IGUAIS
Um olhar longitudinal até aos tempos de pandemia

Tomo I
Conceções e Reflexões

Ana Paula Vilela



Cadernos, Escola e Formação



CENTRO DE FORMAÇÃO
DE
ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS

BRAGA - SUL

Rua 28 de Maio 1270-1300 Braga - Tel: 253611271 Fax: 25378840

FLEXIBILIDADE E INTERAÇÕES EDUCATIVAS PARA RUMOS (DES)IGUAIS

Um olhar longitudinal até aos tempos de pandemia

Tomo I **Conceções e Reflexões**

Coordenação

Ana Paula Vilela

Centro de Formação de Associação de Escolas Braga Sul

Cadernos, Escola e Formação

Braga 2021

FICHA TÉCNICA

Título

FLEXIBILIDADE E INTERAÇÕES EDUCATIVAS PARA RUMOS (DES)IGUAIS

Um olhar longitudinal até aos tempos de pandemia

TOMO I – Conceções e Reflexões

Coordenação

Ana Paula Vilela

Autora da Imagem da Capa

Quadro pintado a aguarela de Cidália Freitas (Polvo I)

Organização

Ana Paula Vilela

Revisão

Ana Paula Vilela

Edição

Cadernos, Escola e Formação. Centro de Formação Braga/Sul

Arranjo Gráfico

Nuno Mendes

ISBN - 978-989-96569-7-0

ÍNDICE

FLEXIBILIDADE E INTERAÇÕES EDUCATIVAS PARA RUMOS (DES)IGUAIS Um olhar longitudinal até aos tempos de pandemia

Ana Paula Vilela

9

PARTE I

AUTONOMIA, FLEXIBILIDADE, CIDADANIA E INCLUSÃO – CONCEÇÕES E SENTIDOS PARA UMA MIRÍADE DE EXPRESSÕES CURRICULARES

45

O valor de educar: sobre os limites da tensão educativa na urgência do agora-futuro

António Joaquim Abreu da Silva e Fátima Braga

47

A formação contínua como recurso inovador na produção e disseminação de conhecimento

José Verdasca e Helena Fonseca

65

Para uma leitura curricular do Decreto-Lei n.º. 55/2018

José Augusto Pacheco

71

Flexibilidade curricular e colaboração docente: Por que vale a pena trabalhar em equipa?

Joaquim Machado

81

Transformar conceções e práticas de avaliação: para uma agência do trabalho docente

Eusébio André Machado

91

O desafio da Cidadania na Escola: do enquadramento às práticas

Isabel Baltazar e Beatriz Crespo

107

A Rota da Inovação nas Práticas Avaliativas

Olga Pinto Basto

127

Aprender como se faz História – desafios e oportunidades da aula oficina

Marília Gago

153

O papel do professor no apoio tutorial

Diana Passeira Torres

161

Aproveitamento do erro na aprendizagem da matemática: o ponto de vista dos alunos <i>Paula Vieira da Silva</i>	167
Estratégias de aprendizagem ativa para a flexibilidade curricular na era digital <i>Adelina Moura</i>	175
54/2018: um olhar, um ano depois <i>David Rodrigues</i>	187
Para uma Educação Inclusiva <i>João Pereira e Luísa Campos</i>	191
Planos de Inovação: princípios orientadores <i>Vanêssa de Almeida Reis Mendes</i>	195
Entre género e sexo, o papel da sociedade e o papel da biologia <i>Zélia Caçador Anastácio</i>	199

ENTRE GÉNERO E SEXO, O PAPEL DA SOCIEDADE E O PAPEL DA BIOLOGIA

Zélia Caçador Anastácio

Instituto de Investigação da Universidade do Minho, CIEC

INTRODUÇÃO

As abordagens sobre género estão hoje na ordem do dia, presentes em vários setores de atividade e relacionamento humano. Assim, quer se trate de uma forma de tratamento social, quer de um concurso a um emprego, quer na escola, no comércio ou nos canais de debate e reflexão mais alargados, confrontamo-nos com um evoluir da sociedade que traz para a discussão e para a consciência um cuidado para a não discriminação da pessoa em consequência do género que desempenha na sociedade. E sim, do género, pois esse é o papel que a sociedade espera do indivíduo. Por seu turno, o conceito de sexo tem vindo a perder terreno educativo e a ser criticado, por ser associado a uma visão redutora de sexualidade, relacionamento e afetos. Nota-se até alguma relutância em pronunciar ou escrever a palavra sexo em contextos formais de reuniões profissionais e em formulários de recolha de dados, tendendo a optar-se por “género” em vez de “sexo”, factos que temos vindo a observar.

E é na coerência entre género desempenhado e sexo com que nasceu que pode residir a problemática da (não)aceitação do próprio ou dos outros em relação ao próprio. Assim, procurando aferir os conceitos de género e de sexo, e na tentativa de clarificar as inter-relações, por vezes geradoras de compreensões erróneas, neste texto parte-se da enunciação e reflexão sobre os dois conceitos, passando pelo seu posicionamento na investigação, na saúde, nas políticas e na educação, para depois refletir sobre o modo de tratamento da pessoa nos diferentes setores das suas vivências diárias, o que constitui uma questão de cidadania e inclusão.

No que respeita a investigação e produção académica/científica temos vindo a assistir a um foco crescente nos assuntos relativos ao género, em detrimento do conhecimento científico de índole biológica, mais precisamente morfológica e fisiológica.

Não obstante as tendências das investigações em matéria de educação para a sexualidade, o organismo humano continua a comportar uma carga genética, impressa no ultramicroscópico cariótipo – genótipo -, a qual é responsável pela aparência física – fenótipo – do indivíduo portador dessa herança. E todos queremos que durante o emparelhamento dos cromossomas homólogos na meiose, o processo decorra com normalidade, isto é, mantendo constante o número de cromossomas, suas formas e tamanhos, para que nenhuma alteração, translocação ou mutação nos condicione ao longo do nosso ciclo de vida. Mas a este propósito importa recordar que em caso de (des)ajustamento com o fenótipo que se observa, e a vontade de o alterar em favor de melhor autoconceito e autoestima, não bastam as ações de contestação ou ativismo social, sendo imperioso o

recurso à medicina, nas suas vertentes cirúrgica e endócrina, para que esse reajustamento se processe. Estamos assim perante um processo que não se alimenta apenas das crenças e representações sociais criadas em relação ao atributo género, mas em que tanto a componente social como a biológica interagem permanentemente.

Procuremos então evidenciar as diversas dimensões do ser humano que são tocadas para construir um equilíbrio entre o ter, o ser e o sentir destas questões de género e de sexo.

Conceito de Género, um Constructo Social

O termo género com origem no latim *genus* significa nascimento, família ou tipo, relacionando-se também com a classificação gramatical de palavras em feminino, masculino ou neutro. No entanto, na sua origem grega *genos* e *genea*, o termo já fazia referência a sexo. Porém, só a partir do século XV é que a associação dos dois termos passou a ser mais utilizada, sendo género sinónimo de sexo biológico dos indivíduos e, por conseguinte, os termos masculino e feminino atribuídos a macho e fêmea, respetivamente (Stellmann, 2007).

Contudo, se analisarmos a Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, 2018), documento orientador de todo o currículo brasileiro, desde a educação infantil até ao ensino médio, neste documento de seiscentas páginas, o termo género só aparece associado a género textual ou género literário e nunca a conceitos de sexo ou sexualidade.

Atualmente, assistimos ainda a certa confusão entre o significado e a adequada utilização dos termos género e sexo, pelo que a sua clarificação se torna necessária. A utilização do termo género parece constituir até um eufemismo em relação à dificuldade de pronunciar a palavra sexo em contextos coletivos e educativos.

O conceito de género é enunciado pela Organização Mundial de Saúde como características de mulheres, homens, raparigas e rapazes, que são socialmente construídas. Tal conceito inclui normas, comportamentos e papéis associados ao facto de ser mulher, homem, rapariga ou rapaz, assim como as relações que mantêm entre si. Sendo um constructo social, o conceito de género varia de uma sociedade para outra e pode mudar ao longo do tempo. O género baseia-se na hierarquia e produz desigualdades que se cruzam com outras desigualdades sociais e económicas. A discriminação baseada no género interrelaciona-se com outros fatores de discriminação, nomeadamente com a etnia, o estatuto socioeconómico, a deficiência, a idade, a localização geográfica, a identidade de género e a orientação sexual, entre outros. Esta inter relação é entendida como interseccionalidade (WHO, 2021).

O conceito de interseccionalidade, decorrente de problematizações feministas baseadas na cor da pele, assenta na interdependência das relações de poder associadas a raça, sexo e classe. O conceito foi desenvolvido a partir dos anos 1990, pela jurista Crenshaw (1994), focando-se principalmente nas intersecções de género e raça e menos nas de classe e de sexualidade. A autora propôs duas categorias de interseccionalidade: a estrutural e a política. A interseccionalidade estrutural diz respeito à posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do género e às consequências advindas da violência conjugal e do abuso sexual,

bem como às formas de dar resposta a essas violências. A interseccionalidade política assenta nas políticas feministas e nas políticas antirracistas que conduzem à marginalização da violência em relação às mulheres de cor (Hirata, 2014).

Assim, no caminhar da sociedade, vamos assistindo a lutas por direitos sociais, independentemente da expressão fenotípica, pois nas origens da interseccionalidade constatamos o *Black feminism*, sendo as feministas brancas acusadas de racismo. Portanto, se antes a luta era contra a hierarquia de género, posteriormente centrou-se na cor da pele, ou seja, um carácter biologicamente programado e influenciado pelo ambiente. Não obstante a legitimidade da reclamação dos direitos igualitários em função da diversidade, importa compreender os fundamentos biológicos a fim de perceber algumas das diferenças sociais.

Diferença entre Género e Sexo

O género interage com o sexo, mas é diferente deste. Os dois termos são distintos e não devem ser utilizados de forma intercambiável. Para clarificar, podemos entender o sexo como uma característica biológica e o género como uma construção social. O sexo refere-se a um conjunto de características biológicas de seres humanos e de outros animais (além de outros seres vivos sexuados). O sexo está associado essencialmente a características físicas e fisiológicas, incluindo cromossomas, expressão genética, nível e função hormonal, bem como anatomia reprodutiva e sexual (WHO, 2021).

O género e o sexo estão relacionados com, mas são diferentes de, identidade de género. A identidade de género refere-se à experiência profunda, interna e individual de género de uma pessoa, que pode ou não corresponder à sua fisiologia ou ao seu sexo designado à nascença.

O sexo geralmente é categorizado como feminino e masculino, mas existem variações das características sexuais, a que se dá o nome de intersexo. O termo "intersexo" é usado como um termo guarda-chuva para indivíduos nascidos com variações naturais das características biológicas ou fisiológicas (incluindo anatomia sexual, órgãos reprodutivos e/ou padrões cromossómicos) que não se enquadram nas definições normativas de feminino e masculino. Aos bebés, normalmente atribui-se o sexo do homem ou da mulher à nascença com base na aparência da sua anatomia/genitália externa (WHO, 2021).

O Sexo, um Atributo Biológico

À semelhança do conceito de género, o conceito de sexo também pode ter significados diferentes, consoante o contexto em que se utiliza. Na sua origem, o termo sexo deriva do latim *sexu* com o mesmo significado de sexo. O Grande Dicionário da Língua Portuguesa (Teixeira, 2004, p. 1410) define sexo como “conjunto de características físicas e funcionais que distinguem o homem e a mulher, e nos animais, o macho da fêmea”; “conjunto de pessoas que têm morfologia idêntica relativamente ao aparelho sexual”; “órgãos sexuais”; “relação sexual”; “actividade reprodutora” e “sensualidade; prazer sexual”, além de em sentido figurado referir “**sexo forte** os homens” e “**sexo fraco/frágil** as mulheres”.

Ora, estas designações, numa análise do ponto de vista da biologia estão carregadas de conecções não aceites cientificamente, pois quando é referido “o homem e a mulher, e nos animais, o macho da fêmea ...”, constata-se de imediato a negação da inclusão da espécie *Homo sapiens sapiens* no mesmo reino dos outros animais, sendo portanto mais um constructo social separar os humanos do sistema de classificação dos seres vivos. Este aspeto poderia levar-nos a refletir também sobre o conceito de raça, na medida em que para os outros animais falamos sem constrangimentos das várias raças de cães, de gatos, de rinocerontes, etc., mas instituiu-se não ser aplicável o mesmo conceito de raça em biologia quando se trata de humanos. Aliás diz-se que o conceito de raça se aplica às outras espécies, mas não aos seres humanos, considerando que a variabilidade genética é inferior a 0,1% (Bezerra & Machado, s/d). Ora a variabilidade genética pode também ser considerada entre homem e mulher, que sendo da mesma espécie e tendo a mesma cor de pele, de olhos e de cabelo, comportam códigos genéticos diferentes (com destaque para os cromossomas sexuais X e Y), podendo apresentar uma percentagem superior de variabilidade genética sobretudo se ocorrerem mutações, algumas das quais se expressam fenotipicamente em doenças raras.

Outras das incorreções das definições apresentadas no dicionário acima referido encontra-se em “conjunto de pessoas que têm morfologia idêntica relativamente ao aparelho sexual”. Ora não existe um aparelho sexual, pois do ponto de vista da biologia um aparelho é um conjunto de órgãos funcionais, existindo sim o aparelho reprodutor com alguns órgãos que também têm função sexual. Serve esta análise para advertir que em cada área de conhecimento devemos apropriar-nos das conecções cientificamente aceites, sob pena de incorrerem em publicações que não contribuem para a apropriação do conhecimento científico.

Em suma, sexo não é aparelho sexual, embora muitas vezes o termo seja invocado para designar os órgãos genitais externos. A relação sexual também assume muitas vezes esta expressão sem o ser. No entanto, o que se verifica é que o que se relaciona com aparência física distintiva e interação íntima cabe no guarda-chuva de sexo. E assim assistimos a um uso do termo que passa das características para as ações.

As ideias de “sexo forte” para os homens e “sexo fraco” para as mulheres pode pressupor a existência de características físicas de cada um dos sexos que lhes conferem tais adjetivos, mas também tende acentuadamente para a hierarquia estipulada pelo género. Se olharmos esta classificação sob a perspectiva biológica, e considerando médias de tamanho, capacidade ventilatória e força muscular, talvez se compreenda o sentido sem que seja tão pejorativo. Por outro lado, entendido numa perspectiva social já se torna alvo de contestação. De facto, os sexos são diferentes e indivíduos de sexos diferentes têm capacidades e habilidades diferentes, como iremos a analisar adiante.

Para Dorlin (2008) o sexo designa geralmente três coisas: o sexo biológico, que é atribuído à nascença (masculino ou feminino); o papel ou comportamento sexuais que supostamente lhe correspondem (género), provisoriamente definidos como os atributos do feminino e do

masculino que a socialização e a educação diferenciadas dos indivíduos produzem e reproduzem; e a sexualidade, ou seja, o facto de ter uma sexualidade, de ter ou de fazer sexo.

O sexo como atividade sexual é também assim interpretado por Kohner (1999) no seu livro “Como falar de sexo às crianças” em que a autora explora a abordagem de sexo não só como a relação sexual, como também as manifestações de afeto envolvidas no relacionamento íntimo, entendendo-se que se refere a sexualidade em vez se referir propriamente a sexo.

Evidências Científicas das Diferenças de Sexo

As diferenças entre os sexos começam logo no momento da fecundação, com a constituição do par de cromossomas 23, o par sexual, que é determinado pelo espermatozoide, já que este gâmeta pode transportar um cromossoma X ou um cromossoma Y. E este conhecimento é importante, para que socialmente as mulheres não sejam mais culpadas por não dar um filho homem aos seus parceiros de procriação, como muito foram acusadas em tempos que desejamos passados.

Seguidamente, no ambiente intrauterino, o desenvolvimento do feto decorre da interação entre o cariótipo aleatoriamente formado e o seu ambiente hormonal. E a partir daí desencadeia-se a diferenciação sexual.

Em situação normal, o desenvolvimento embrionário do sexo fetal humano pode ser dividido em três fases: o estágio indiferenciado, quando estruturas sexuais primitivas idênticas se desenvolvem em embriões 46,XX e 46,XY; a diferenciação da gónada bipotente em ovário ou testículo; e a diferenciação da genitália interna e externa, dependente da ação de hormonas testiculares. A diferenciação sexual normal parte de estruturas indiferenciadas e, por volta da terceira semana de gestação, a ação de genes específicos é que vai determinar se as gónadas se diferenciarão em testículos ou em ovários. Por volta da sétima semana de gestação, a genitália interna e externa diferenciar-se-á em masculina ou feminina, dependendo da concentração de androgénios na circulação sanguínea. Para que isso aconteça, no embrião os ductos de Wolf e de Müller (Figura 1) desenvolvem-se um junto ao outro. Por volta da sétima ou oitava semana de gestação, se os testículos se desenvolverem, será produzida a hormona anti-Mülleriana (HAM) pelas células de Sertoli e grandes concentrações de testosterona pelas células de Leydig. A ação destes androgénios (HAM e testosterona) sobre os primórdios dos órgãos reprodutores internos leva à atrofia dos ductos de Müller e à diferenciação dos ductos de Wolff em órgãos do aparelho reprodutor masculino, mais precisamente os epidídimos, os canais deferentes e as vesículas seminais (Michelatto, 2016). Na ausência de androgénios, os ductos Wolff atrofiam e os ductos de Müller levam ao desenvolvimento dos ovários e dos restantes órgãos reprodutores femininos.

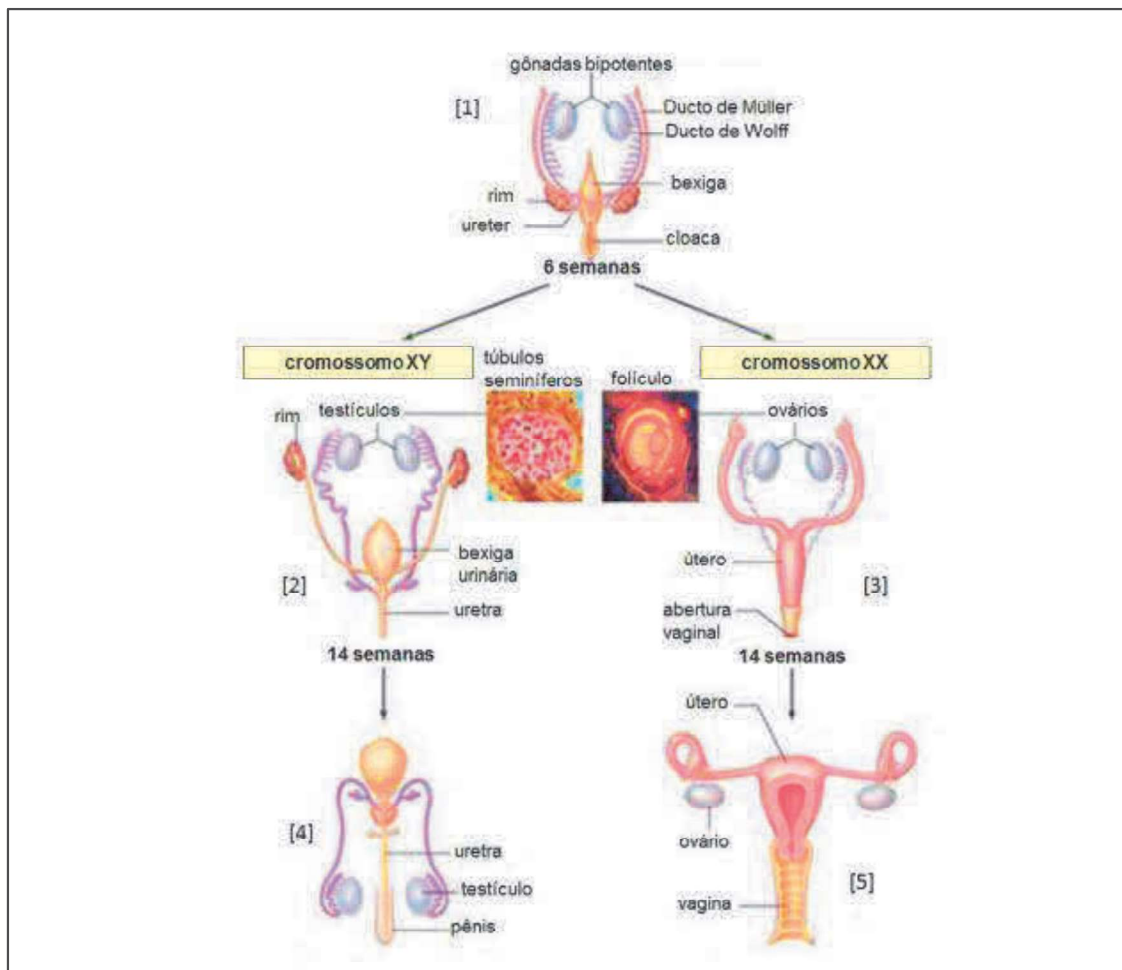


Figura I: Diferenciação sexual interna (Fonte: Michelatto, 2016)

Estas diferenças também se traduzem a nível somático, acentuando-se na puberdade com a expressividade dos caracteres sexuais secundários, devido às alterações hormonais características desta fase desenvolvimental. Assim, os rapazes começam a desenvolver mais massa muscular, enquanto as raparigas passam a ter mais tecido adiposo. Este ganho de massa muscular pelos rapazes confere-lhes a capacidade de ter mais força, ao ponto de conseguirem levantar objetos com o dobro da sua massa corporal (vulgarmente chamada de peso), enquanto para uma rapariga será difícil carregar um objeto com a sua massa corporal. Do mesmo modo, a expansão do tórax do rapaz confere-lhe maior capacidade pulmonar, o que lhe permite, por exemplo, conseguir correr mais rapidamente que a rapariga já que a sua capacidade ventilatória também é maior. Por sua vez, mais tecido adiposo, além de conferir forma corporal diferente às raparigas, também lhes permite menor dispêndio de energia na manutenção da temperatura corporal e pensa-se também que esse tecido constitui uma reserva energética para suportar a gestação.

Notam-se também diferenças na distribuição dos pelos corporais, nas secreções das glândulas sudoríparas e sebáceas e na voz. Além destas diferenças visíveis, há ainda outras internas, a nível do esqueleto e do cérebro.

No que respeita ao esqueleto, podemos ver o exemplo da cavidade pélvica, também chamada de pélvis ou pelve. Como se pode observar na figura 2, a pélvis feminina apresenta maior inclinação anterior e tem um formato arredondado, enquanto a masculina tem um formato oval. A cavidade pélvica masculina apresenta-se afunilada, ao passo que a feminina tem formato cilíndrico. O ângulo subpúbico é de 60° no sexo masculino e de 90° no feminino.

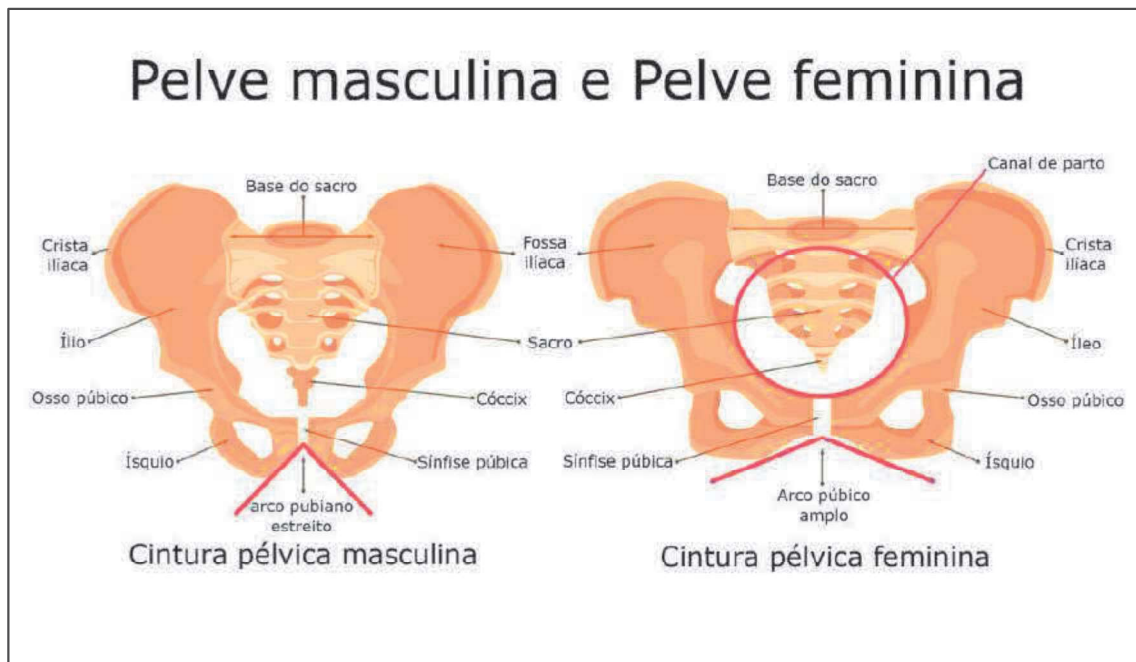


Figura 2: Diferença entre a Pélvis masculina e feminina (Fonte: Melati, 2014)

Estas diferenças esqueléticas, além de se traduzirem em diferentes formas corporais, relacionam-se também com a capacidade de gestação para as mulheres (arco púbico amplo) e têm influência na inclinação do fémur (mais inclinado nas mulheres e mais direito nos homens), o que interfere em movimentos corporais. Para elucidar, um exercício interessante é desafiar homens e mulheres a cruzar as pernas e depois tentar entrelaçar o pé de cima por detrás da perna que fica por baixo. As mulheres conseguem fazer, mas os homens não.

A nível cerebral, as influências também ocorrem logo desde o período intrauterino, devido à ação das diferentes hormonas. De acordo com Brizendine (2006) devido às flutuações hormonais, que começam logo aos três meses e se prolongam até depois da menopausa, a realidade neurológica da mulher não é tão constante como a do homem. A autora afirma que os cérebros feminino e masculino processam de modo diferente os estímulos auditivos, visuais e sensoriais, assim como calculam de modo diferente o que os outros sentem. Têm sistemas compatíveis e altamente eficazes, mas recorrem a circuitos diferentes para desempenhar as mesmas tarefas e atingir os mesmos objetivos. Em análises microscópicas e de ressonância magnética as diferenças cerebrais revelaram-se vastas e complexas. A autora exemplifica que:

“(…) nas áreas cerebrais destinadas à fala e à audição, as mulheres dispõem de mais 11% de neurónios que os homens. O hipocampo, que é o centro principal da emoção e da formação da memória, também é maior no cérebro feminino, o mesmo acontecendo com o circuito adstrito à linguagem e à observação das emoções alheias. (...) Em contraste com isto, os homens têm um volume cerebral duas vezes e meia maior no que respeita ao apetite sexual, assim como também é maior o espaço dos centros destinados à ação e à agressividade. Em média o cérebro masculino confronta-se a cada cinquenta e dois segundos com um pensamento de índole sexual, o que na mulher ocorre apenas uma vez por dia, ou talvez três ou quatro vezes, num dia de especial excitação.” (Brizendine, 2006, p. 24)

Esta neuropsiquiatria afirma ainda que a biologia é o alicerce da personalidade e dos comportamentos, mas que essa realidade pode ser alterada em função de vários fatores, incluindo as hormonas sexuais.

Perspetiva Evolutiva da Investigação em Género e Educação para a Sexualidade

O *European Experts Group for Sexuality Education* (2016), ao fazer uma retrospectiva sobre as abordagens em matéria de educação para a sexualidade, caracteriza as últimas décadas com base em temas diferentes, cabendo às duas últimas as questões de género, enquanto nos anos noventa do século vinte houve um foco na temática do VIH/SIDA e na década anterior a problemática de destaque foi a gravidez na adolescência. Felizmente, estas problemáticas têm conduzido à implementação de políticas públicas conducentes à melhoria das condições de vida e bem-estar dos indivíduos, assim como à liberdade ou possibilidade de tomar decisões acerca da vivência da sua sexualidade, quer em termos de relação quer de reprodução. Podemos confirmar esta tendência, por exemplo, numa pesquisa rápida pelas bases de dados mais acessíveis, pelos títulos dos artigos publicados e suas palavras-chave.

Esta evolução revela a preocupação da sociedade em ir resolvendo os problemas sociais. Embora se tivesse assistido a um esbatimento do duplo padrão sexual nos anos 1980/90, o sexismo continua presente. A emancipação da mulher tem levado à sua colocação em esferas profissionais que perduraram no tempo como papéis do género masculino. A maioria das profissões têm sido estereotipadas e assiste-se a uma tentativa de erradicação de estereótipos.

Vários estudos têm sido feitos neste sentido e têm sido atribuídas responsabilidades para a mudança social a instituições educativas. Num estudo realizado com estudantes de ensino superior de Educação Básica (Mendonça et al., 2019), problematizava-se o facto de a esmagadora maioria ou a totalidade das turmas serem constituídas por pessoas do sexo feminino. Questionadas as e os estudantes sobre a possibilidade de se definirem quotas de acesso, as respostas tenderam para a oposição, considerando que a oportunidade existe para

todos. O fenómeno é interpretado como estereótipo de género, atribuindo a educação de crianças ao género feminino.

Se o estudo fosse replicado num curso de Engenharia Mecânica, certamente teríamos proporções inversas. Assim, importa refletir se é estereótipo de género ou se é uma questão de aptidão para determinadas áreas e funções devido às diferenças cerebrais, pois se as mulheres têm a área cerebral responsável pela fala mais desenvolvida do que os homens, poderão estar mais vocacionadas para a profissão de professor. E se têm maior perceção das emoções dos outros (Brizendine, 2006) isso poderá conferir-lhes maior capacidade para lidar com crianças. Certamente, estereótipos de género e características biológicas coexistem. Importa investigar o que predomina nestas escolhas.

Expectativas Sociais face ao Sexo e ao Género

O problema da discriminação não está no sexo com que se nasce. O problema está no género, porque a sociedade é que julga o papel do indivíduo mediante o seu sexo. E independentemente do sexo que possui, o indivíduo tem e terá que ter sempre o direito de exercer o papel que quiser ou que gostar/desejar, de livre vontade sem ter que obedecer a imposições sociais conducentes à sua aceitação ou não. Ficamos contentes quando sabemos que o avião em que viajamos está a ser pilotado por uma mulher, porque é diferente, é incomum ... julgamos até uma evolução grande e emancipação da mulher e chega a ser notícia, como aconteceu acerca do primeiro voo direto entre a Austrália e a Europa com duração de 17 horas, se bem que foi destacado que a comandante era “mulher e mãe de dois filhos”. A comandante, a australiana Lisa Norman, afirmou então que sempre tinha desejado ser piloto, mas achava que tinha nascido no corpo errado e não tinha o género necessário para tal, pois quem a rodeava não lhe reconhecia esse seu desejo (Jornal de Notícias, 2018). Mais recentemente foi notícia (Público, 2021) a astronauta italiana Samantha Cristoforetti, por ser a primeira mulher europeia a comandar a Estação Espacial Internacional.

Por outro lado, o homem que faz tricot é achincalhado e considerado afeminado. Mas esquecemo-nos que o alfaiate nunca foi posto em causa e que embora a cozinha de casa continue a ser atribuída à mulher, quando se trata de fama, os mestres cozinheiros são homens. Podemos fazer o exercício de tentar listar os chefes de cozinha por sexo. Mas não esqueçamos de averiguar quem os auxilia nas lides que preparam o vai e o que sai do fogão e da mesa.

Género e Saúde

Os grandes problemas associados às questões de género, residem no sexismo, na ideologia de género e na violência baseada no género.

A Organização Mundial de Saúde considera que o género influencia a experiência e o acesso das pessoas aos cuidados de saúde. A forma como os serviços de saúde são organizados e prestados pode limitar ou permitir o acesso de uma pessoa a informação, apoio e serviços

de saúde, bem como o resultado desse acesso. Os serviços de saúde devem ser económicos, acessíveis e aceitáveis para todos, e devem ser prestados com qualidade, equidade e dignidade. A desigualdade e a discriminação de género com que as mulheres e raparigas se deparam põe em risco a sua saúde e bem-estar. Elas enfrentam frequentemente maiores barreiras do que os homens e os rapazes no acesso à informação e aos serviços de saúde. Consequentemente, as mulheres e raparigas enfrentam maiores riscos de gravidezes indesejadas, infeções sexualmente transmissíveis, incluindo VIH, cancro cervical, malnutrição, visão reduzida, infeções respiratórias e abusos. As mulheres e raparigas enfrentam também níveis inaceitavelmente elevados de violência com raízes na desigualdade de género e correm sérios riscos de práticas prejudiciais, tais como a mutilação genital feminina e o casamento infantil, precoce e forçado (WHO, 2021).

As normas de género - especialmente as relacionadas com noções rígidas de masculinidade - também podem prejudicar a saúde e o bem-estar dos rapazes e dos homens. Por exemplo, estereótipos de masculinidade podem encorajar rapazes e homens a fumar, a correr riscos sexuais e outros riscos para a saúde, a abusar do álcool e a não procurar ajuda ou cuidados de saúde. Tais normas de género também contribuem para que rapazes e homens perpetrem violência - assim como para que sejam eles próprios sujeitos a violência. Tudo isto também pode ter graves implicações para a sua saúde mental. A isto se juntam as pessoas com identidades sexuais diversas, alvo de estigmatização e de violência, o que pode culminar em suicídio (WHO, 2021).

Enquadramento Político e Educativo da Igualdade de Género

Os documentos orientadores de processos educativos e de cidadania, tanto a nível nacional como internacional têm vindo a acrescentar conteúdos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento assentes no conceito de género. Veja-se por exemplo a evolução das orientações técnicas da UNESCO referentes à Educação para a Sexualidade no que toca aos conceitos que enuncia, tendo a primeira versão (UNESCO, 2009) seis conceitos chave (Relacionamentos; Valores, atitudes e competências; Cultura, sociedade e direitos humanos; Desenvolvimento humano; Comportamento sexual; e Saúde sexual e reprodutiva) e a edição revista e atualizada (UNESCO, 2018) já oito conceitos chave (Relacionamentos; Valores, direitos, cultura e sexualidade; Compreensão de género; Violência e segurança; Competências de saúde e bem-estar; Corpo humano e seu desenvolvimento; Sexualidade e comportamento sexual; e Saúde sexual e reprodutiva), onde o conceito de género adquire a expressão de um conceito específico.

As questões de género constam ainda na regulamentação da Comissão Europeia (CE) e a nível mundial estão incluídas nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), a que a CE também faz referência na Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 (Regiões, 2020). A CE congratula-se com os indicadores já alcançados, mas afirma que ainda nenhum Estado-Membro atingiu plenamente a igualdade de género, pelo que é necessário continuar a rumar nesse sentido.

“Embora as disparidades de género na educação estejam a diminuir, continuam presentes ao nível do emprego, da remuneração, dos cuidados, dos lugares de decisão e das pensões. Demasiadas pessoas continuam a violar o princípio da igualdade de género com discursos de ódio sexistas e bloqueando medidas contra a violência de género e os estereótipos de género. A violência e o assédio com base no género continuam a registar níveis alarmantes. O movimento #MeToo tem demonstrado a extensão do sexismo e dos abusos que as mulheres e as raparigas continuam a enfrentar. Ao mesmo tempo, deu às mulheres de todo o mundo os meios para tornar públicas as suas experiências e instaurar processos judiciais.” (Regiões, 2020, p. 2)

A estratégia é considerada um “contributo para criar um mundo melhor para mulheres e homens, raparigas e rapazes” (Regiões, 2020, p.2), dando resposta ao ODS 5, embora o tema seja transversal a todos.

De entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o 5 intitula-se precisamente “Igualdade de Género” e enuncia-se por “Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as Mulheres e Raparigas”. Nos seus objetivos específicos constam a eliminação de todas as formas de discriminação, de violência e de práticas nocivas, bem como a promoção da responsabilidade partilhada em casa e na família, a participação e a igualdade de oportunidades para a liderança, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, o direito aos recursos económicos e acesso a propriedades, o aumento do uso de tecnologias para promover o empoderamento, assim como a adoção de políticas promotoras de igualdade de género e emancipação de todas.

Importância de Educar para a Diversidade de Género desde a Infância

A CE afirma que “A prevenção eficaz da violência é fundamental. Tal implica educar rapazes e raparigas, desde tenra idade, sobre a igualdade de género, e favorecer o desenvolvimento de relações não violentas.” (Regiões, 2020, p.4)

Em Portugal, a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) e o Ministério da Educação têm desenvolvido recursos educativos adequados desde a Educação Pré-escolar até ao Ensino Secundário. Contudo, estas matérias continuam no domínio da transversalidade e, apesar de serem transversais, as suas abordagens vão-se diluindo por entre as responsabilidades curriculares específicas. No entanto, mesmo a nível de legislação é perceptível o esforço para uma educação para a cidadania e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante os dados aqui apresentados e discutidos, talvez o conceito de igualdade de género não esteja bem aplicado. Talvez fosse mais correto falar em igualdade de oportunidades para os diferentes géneros. É que talvez estejamos perante um paradoxo. Porque concordamos que existem diferentes géneros, tal como diferentes sexos. Então, nas ações de lutas sociais, não será certamente igualdade de género que queremos, mas antes que os diferentes

gêneros tenham o mesmo direito de exercer qualquer papel social, consoante a sua vontade e aptidão, sem que a sociedade os conteste ou discrimine. Por tal, talvez fosse melhor adotar o conceito de equidade de género. É que por vezes, por muito que um indivíduo queira fazer ou exercer algo, a sua condição física, também pode não lho permitir.

Por outro lado, não deixa de ser estranho que se admire a capacidade de a mulher exercer atividades características dos homens e isso seja entendido como sinal de valentia. Já o inverso, quando o homem se dedica a atividades associadas ao sexo feminino é entendido como fraco homem. Aqui está subjacente não só a luta pela igualdade de oportunidades para a mulher e a sua emancipação, mas mais a prevalecente ideia de que o homem é o sexo forte e a mulher o fraco. Daí a valentia para a mulher que desempenha funções de homem – emancipação – e a discriminação para o homem que exerce funções tipicamente (por estereótipo) de mulheres – diminuição de estatuto e de poder ao olhar social.

Em suma, homens ou mulheres, somos todos diferentes entre gêneros e intra género. Daí que a igualdade de oportunidades e a equidade de género não se deveriam situar no ponto de reclamação, mas antes ser há muito direitos e deveres adquiridos. Acreditamos que a ação educativa e o trabalho que se está a desenvolver em matéria de inclusão consiga esbater as desigualdades e promover a saúde, o bem-estar e a aceitação de todos como elementos igualmente importantes de uma mesma sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bezerra, J. & Machado, E. (s/d) Raça e Etnia. <https://www.diferenca.com/raca-e-etnia/>
- Brasil. (2018). Base Nacional Curricular Comum. Brasil: Ministério da Educação. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- Brizendine, L. (2006). *O cérebro feminino*. Lisboa: ALÊTHEIA EDITORES.
- Crenshaw, Kimberlé W. (1994), “Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color”. In: Fineman, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). *The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, pp. 93-118.
- Dorlin, E. (2008). *Sexe, genre et sexualités*. Paris: Presses Universitaires de France.
- European Expert Group on Sexuality Education (2016) Sexuality education – what is it?, *Sex Education*, 16:4, 427-431, DOI: 10.1080/14681811.2015.1100599
- Hirata, H. (2014). Género, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Jornal de Notícias (25 de março de 2018). A mulher que comandou o primeiro voo direto entre Austrália e Europa. <https://bityli.com/Rzvls>
- Kohner, N. (1999). *Como falar de sexo às crianças* (2ª Edição). Mem Martins: Lyon Multimédia Edições, Lda.
- Melati, J. (2014) Pelve. Faculdade da Serra Gaúcha, FSG, Brasil. <https://bityli.com/iopHo>
- Mendonça, A.; Brazão, P.; Nascimento, A. & Freitas, D. (2019). “Estereótipos de género entre estudantes em educação infantil (0-10 Anos): Estudo de caso na Universidade da Madeira” (p.96-106) In Rosanna Barros & Deise Choti (Orgs) *Embates Educacionais do/no Ensinar e Aprender: o Previsível, o*

Efetivado e o Necessário. Dossiê Temático Ensaios Pedagógicos (Socoraba), vol. 3, nº 3 set-dez. 2019. ISSN: 2527-158X.

Michelatto, D. (2016). Importância Funcional de novas Variações Nucleotídicas no Gene CYP21A2. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Biologia. Campinas, Brasil

http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/317142/1/Michelatto_DeboradePaula_D.pdf

Muñoz Contreras, Leah Daniela. (2021). La construcción científica del sexo. *La ventana. Revista de estudios de género*, 6(53), 10-38. Epub 23 de febrero de 2021. <https://bityli.com/43Gob>

Nações Unidas (2015). Agenda 2030 - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

Público (28 de maio de 2021). Astronauta Italiana vai ser a primeira mulher europeia a comandar a Estação Espacial Internacional. <https://bityli.com/yALiR>

Regiões, D. A. S. (2020). Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025. Bruxelas, 5.3.2020 COM (2020) 152 final. <https://bityli.com/JJBXB>

Stellmann. R. (2007). A Masculinidade na Clínica, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Teixeira, G. (2004). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Porto Editora.

UNESCO (2018). *International Technical Guidance on Sexuality Education – An evidence-informed approach* (revised edition). Paris: UNESCO. <https://bityli.com/uAaVs>

UNESCO (2009). *International Technical Guidance on Sexuality Education. Section on HIV and AIDS – Division for the Coordination of UN Priorities in Education*. Paris: UNESCO.

WHO (2021). Gender and Health. Q&A. Geneve. <https://bityli.com/0oGCI>